

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 16

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL CNPJ terá letras e números a partir de julho de 2026.....	3
GAZETA DE ALAGOAS - AL - NACIONAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Servidores da Receita Federal fazem paralisação nesta 5ª e avaliam greve.....	4
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Ministro quer ampliar uso do FGTS no consignado.....	5
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Leilão de folha de pagamento do INSS não terá banco digital.....	6
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Projeto para estatais acende alerta de especialistas.....	7
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA SEGURIDADE SOCIAL INSS: bancos digitais fora do leilão da folha de pagamento.....	9
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA SEGURIDADE SOCIAL Uso de fundo não afetará pagamentos, diz secretário - SERVIDOR.....	10
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO Mais igualdade e menos regalias (Editorial).....	11
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA Lira espera Senado para votar 2ª parte da reforma.....	12
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Câmara adia votação de regras para o comitê-gestor.....	13
VALOR ECONÔMICO - SP - TELECOMUNICAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA Carga tributária dependerá do mix de serviços.....	14
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Alta de juros: queremos pagar essa conta? (Artigo).....	16
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Planos para baratear empréstimo no Brasil.....	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Governo promete cumprir arcabouço.....	20
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA Governo começa a reconhecer que é preciso cortar gastos - MERCADO S/A.....	21

Quinta-Feira, 17 de Outubro de 2024

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

União para baixar os juros 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para convencer presidente, ideia é mostrar ganhos fiscal e político 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bancos pedem a Lula e Haddad que governo insista no ajuste fiscal 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Diferença de preço de mesmo produto pode passar de 100% 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Conselhão vai discutir "juros elevados", promete Lula a banqueiros 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Juros tomam urgente revisão de gastos 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Último surto de inflação foi único, mas trouxe lições valiosas, diz FMI 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

FMI lembra que dívida alta reduz capacidade de reação a crises (Editorial) 37

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo decide não adotar horário de verão em 2024 39

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL
ECONOMIA

Governo prepara oito mudanças 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SAQUE ANIVERSÁRIO

Gol vai aceitar saque-aniversário do FGTS no pagamento de passagem 42

CNPJ terá letras e números a partir de julho de 2026

WELLTON MÁXIMO

A partir de julho de 2026, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) passará a ser alfanumérico, contendo letras e números. A **Receita Federal** publicou, ontem, instrução normativa que altera o formato dos cadastros de empresas.

Em nota, a Receita esclareceu que a mudança não afetará as empresas atuais, apenas os cadastros futuros. Tanto os números atuais como os dígitos verificadores não serão alterados. Segundo o Fisco, a mudança é necessária para garantir a disponibilidade de números de identificação sem causar impacto na sociedade nem interromper políticas públicas.

14 posições

O novo número de identificação do CNPJ, informou a Receita, terá 14 posições. As oito primeiras, com letras e números, identificarão a raiz do novo número. As quatro seguintes, também alfanuméricas, representarão a ordem do estabelecimento.

Somente as duas últimas posições, que correspondem aos dígitos verificadores, continuarão a ser numéricas.

No caso dos dígitos verificadores, para manter os algarismos nos futuros CNPJ, os valores numéricos e alfanuméricos serão substituídos pelo valor decimal correspondente ao código da tabela ASCII (Código Padrão Americano para Intercâmbio de Informações), usada pela maior parte da indústria de computadores. Do código da tabela ASCII, será subtraído o valor 48. Dessa forma, a letra A equivalerá a 17, B a 18, C a 19 e assim por diante.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_5E80E6F0FD375C71A116A1E3E8BD87308EBA455C5B333DB20538512D15B048F57D3E3E8E9B15C4EECE6EDC0AD86621CF66646CDE9077C95E9ED6BD7F7DB868739A01C5F7D679873D38E13CAAB55D20F7CA538A41E29A35DEE4A8204C5DE7C8E480ECC53FE302547C3B3A986F09D52DCF450D50870BAAE03A13D59

Servidores da Receita Federal fazem paralisação nesta 5ª e avaliam greve

METRÓPOLES

Servidores da **Receita Federal** farão, na quinta-feira (17/10), uma paralisação de 24 horas e avaliam a deflagração de uma nova greve. A última mobilização foi encerrada em fevereiro deste ano, após mais de 80 dias, quando os auditores-fiscais do órgão aceitaram a proposta recente feita pelo governo federal.

Na época, eles consideraram que a proposta feita pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos era "razoável", embora não atendesse a todos os pleitos da categoria. Segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional), a oferta estava "condizente com o cenário fiscal do país".

A categoria aceitou não ter reajuste nos vencimentos básicos em 2024, se contentando apenas com as correções nos benefícios (auxílios alimentação, saúde e creche), concedidas para o conjunto do funcionalismo. Nesse mesmo acordo, foi determinado que as reestruturações de carreira seriam definidas em mesas específicas e temporárias de cada categoria.

O governo entendeu que os pleitos dos servidores da agência já estavam contemplados e, portanto, não seria necessária a instalação dessa mesa. No entanto, o entendimento dos servidores da Receita é outro, de que querem a oportunidade de ter um espaço próprio para negociar com o governo acordos para os anos de 2025 e 2026.

O diretor de assuntos intersindicais e internacionais do Sindifisco Nacional, Dão Real, explicou que as carreiras consideradas típicas de Estado simétricas são a Advocacia-Geral da União (AGU), a Polícia Federal (PF) e os auditores da Receita.

"São as três carreiras que normalmente andam juntas. E dessas três carreiras, a **Receita Federal** foi a única que não teve mesa de negociação para tratar de recomposição de perdas", disse Real.

"Temos interesse, sim, em sentar à mesa para negociar e discutir a recuperação de perdas salariais. A gente tem perdas acumuladas pelo menos desde 2016, que foi a última negociação de recuperação de perdas", completou o representante do Sindifisco.

A ampliação do movimento será avaliada a partir da próxima semana, não sendo desconsiderada uma nova greve. "Depende do governo. Se o governo sinalizar para a instalação da mesa para discutir, cumprindo o acordo que foi firmado, possivelmente não se chegaria ao extremo de fazer uma greve", disse. "Agora, se o governo não cumpre o que ele acordou com a categoria, não se descarta a possibilidade de chegarmos a ter que fazer uma greve. Greve é o último recurso." A paralisação de 24 horas é tratada como uma greve pontual, com garantia de 30% do funcionamento dos serviços. As operações de importação que envolvem cargas vivas, alimentos e medicamentos mantêm a prioridade nas liberações. Os serviços que são impactados são os de fiscalização de outras mercadorias nas aduanas.

Os auditores-fiscais reivindicavam o cumprimento de um acordo firmado com o governo federal em 2016, que autoriza o pagamento do bônus de produtividade (ou bônus de desempenho).

Em junho do ano passado, a lei em questão foi regulamentada, mas os pagamentos ainda não tinham começado a ser feitos.

O governo propôs um bônus progressivo de produtividade, que começou em R\$ 4,5 mil no primeiro semestre, subindo para R\$ 5 mil no segundo semestre, indo para R\$ 7 mil em 2025 e chegando a R\$ 11,5 mil em 2026. Essas quantias representam o valor máximo que será pago a quem cumprir 100% da meta de desempenho.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6361>

Ministro quer ampliar uso do FGTS no consignado

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Ministério do Trabalho estuda oferecer aos bancos um novo modelo de empréstimo consignado para o setor privado que inclua garantias adicionais aos bancos. Segundo técnicos a par das discussões está em análise elevar o percentual do saldo da conta do **FGTS** que poderá ser repassado aos credores, hoje em 10%, no caso de demissão sem justa causa.

Outra garantia adicional em estudo é a possibilidade de desconto automático do salário na nova empresa, na hipótese de um trabalhador demitido ser contratado por outra companhia e estar inadimplente.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, atrelou essa discussão ao projeto de acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS**, modalidade criada no governo de Jair Bolsonaro. Mas a ideia divide o governo: a pasta tem apoio do Ministério das Cidades, mas enfrenta resistência por parte da Fazenda.

RISCO DA DEMISSÃO

Uma lei aprovada em 2016 autoriza o trabalhador, com vínculo empregatício ativo, a oferecer como garantia até 10% do saldo de sua conta vinculada do **FGTS** no empréstimo consignado. Além disso, é possível usar a totalidade da multa de 40% paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa.

Entretanto, o setor bancário alega que o principal risco para a concessão de consignado aos trabalhadores do setor privado é a demissão. A situação é diferente em relação aos **servidores públicos** federais, por causa da estabilidade, e aos aposentados do **INSS**.

A legislação estabelece também que 35% do valor previsto com a rescisão sejam destinados aos bancos credores. A quantia, contudo, em algumas vezes pode não ser suficiente para quitar o empréstimo e, neste caso, o trabalhador precisa negociar com o banco a manutenção dos juros e continuar pagando por conta própria.

Segundo técnicos envolvidos nas discussões, a ampliação das garantias tem potencial para estimular o consignado no setor privado, com juros mais acessíveis. A taxa média atual é de 2,8% ao mês,

acima dos juros cobrados de **servidores públicos** e aposentados do **INSS**.

A obtenção do novo crédito consignado do setor privado dependerá apenas de que o trabalhador acesse a carteira digital no celular e peça o empréstimo. Será definido um prazo para que os bancos acessem o histórico desse trabalhador (renda, tempo na empresa, se tem outros empréstimos, se está inadimplente ou não) e façam suas propostas.

Será uma espécie de leilão reverso, explicou um técnico do governo, em que o trabalhador escolhe a melhor opção.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Leilão de folha de pagamento do INSS não terá banco digital

GUSTAVO SILVA gustavo.silva@oglobo.com.br

O leilão da folha de pagamento de aposentadorias, pensões e demais benefícios do **INSS**, que vai ocorrer na próxima terça-feira, não vai aceitar bancos digitais. certame, com o qual o governo deve arrecadar R\$ 6 bilhões anuais, vai exigir que a instituição financeira tenha, no mínimo um caixa eletrônico ou físico para o pagamento desses benefícios. Portanto, os bancos digitais não podem participar do processo.

Quem ganhar a concorrência vai pagar os benefícios do **INSS** pelos próximos cinco anos, a partir de 2025. E poderá atuar de forma exclusiva, por três meses, no crédito consignado para aposentados e pensionistas que passarem a receber o auxílio do **INSS** a partir de janeiro do ano que vem. Como O GLOBO noticiou, o governo criou esta regra para aumentar a atratividade do leilão.

O leilão prevê que a folha seja dividida em lotes, de acordo com os estados do país, que poderão ser arrematados pelas instituições financeiras.

O processo de licitação a ser realizado vai definir uma ordem de preferência entre as instituições financeiras, para benefícios concedidos pelo **INSS** entre 2025 e 2029.

O instituto estima que serão concedidos mensalmente 437.322 benefícios neste período, dos quais 46% serão permanentes e 54% temporários, como o auxílio-doença. Os benefícios terão valor médio de R\$ 1.824,67.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, disse que o leilão garante o bom atendimento aos beneficiários, especialmente nas regiões em que não há rede bancária muito presente. Stefanutto destacou ainda que a mudança na regra do crédito consignado vai tornar a licitação mais atraente.

-Vamos atender ao interesse dos segurados que querem fazer o empréstimo consignado, mantendo a competição entre as instituições, e ainda aumentar o ganho do Estado com esse objeto -declarou.

Após os três meses iniciais de exclusividade com o banco pagador do benefício, o cliente poderá fazer a portabilidade de seu crédito consignado para outra

instituição financeira.

Para estarem aptos a participar do leilão, os bancos devem ter múltiplas instituições, visando atender o grande volume, não cobrar tarifas de serviços dos segurados e permitir que o beneficiário mantenha conta-corrente com a instituição bancária que ele escolher.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto para estatais acende alerta de especialistas

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo enviou ao Congresso no início deste mês um projeto de lei que propõe um novo mecanismo para viabilizar a transição de estatais dependentes de recursos da União para a situação de não dependência - quando uma empresa pública consegue se manter com recursos próprios. Atualmente, existem 17 estatais dependentes de subvenção do Tesouro Nacional.

De acordo com o texto, as estatais dependentes poderão fechar "contratos de gestão" com os seus ministérios supervisores. Dessa forma, as receitas próprias - o que elas conseguirem arrecadar a partir de contratos privados - sairiam do Orçamento Fiscal e da **Seguridade Social** e iriam para o Programa de **Dispêndios Globais**, um anexo do Orçamento com o detalhamento das receitas e despesas das estatais federais não dependentes.

A mudança, se aprovada pelo Congresso, abriria um pequeno espaço dentro do limite de gastos do Orçamento deste e do próximo ano, de acordo com especialistas. O governo nega.

Segundo cálculos feitos pelo economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, a abertura de espaço fiscal seria em torno de R\$ 2,2 bilhões neste ano, valor que corresponde à previsão de receitas próprias das estatais dependentes, à exceção da Ebserh. Em termos de resultado primário, não haveria diferença. Ele não fez os cálculos para 2025.

Já a subvenção, ou seja, o repasse de recursos do governo federal para que as estatais dependentes possam funcionar, continuaria dentro do Orçamento Fiscal e da **Seguridade Social**, com uma nova rubrica. O Projeto de Lei Orçamentária de 2025 prevê R\$ 27,5 bilhões em repasses do Tesouro às estatais dependentes.

Segundo Sbardelotto, a medida preocupa por abrir precedentes para mudanças no limite de gastos. Outra preocupação é que, com um contrato de gestão, as estatais dependentes poderiam, em tese, emitir dívida, a depender de como será feita a regulamentação.

Ao Valor a secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da

Inovação em Serviços Públicos, Elisa Leonel, negou que a medida abra espaço no limite de gastos ou fragilize a transparência no acompanhamento das estatais. "O que a gente quer é trazer saúde financeira para que essas estatais tenham condições de trazer dividendos para a União. Algumas dessas estatais dependentes são capazes de gerar resultados positivos e a gente entende que o caminho para que isso aconteça é mudando o desenho institucional."

O governo entende que o modelo atual precisa de mudanças porque, como as receitas próprias da estatal entram no Orçamento Fiscal, os recursos acabam disputando espaço com outras despesas. Essas receitas próprias também ficam sujeitas a contingenciamentos. Com os contratos de gestão, os recursos iriam para o caixa da empresa, fora de amarras fiscais.

Na avaliação do governo, a mudança traria um incentivo para que as empresas busquem mais receitas próprias e, no médio prazo, reduzam o grau de dependência do Tesouro. "É uma medida para estimular que as estatais sejam cada vez mais eficientes e tragam retornos para a União, que é seu acionista majoritário", defende a secretária.

Um técnico em Orçamento que preferiu não se identificar disse que ainda é cedo para avaliar se a proposta fragiliza as regras fiscais, pois dependerá da regulamentação das regras para uma estatal fechar o contrato de gestão. Essa regulamentação ficou para ser feita depois da aprovação do projeto de lei, via decreto presidencial.

Essa fonte lembra que, atualmente, uma estatal já pode sair da situação de dependência se apresentar e cumprir um "plano de sustentabilidade econômica e financeira". Para isso, a empresa precisa que ao menos 80% das despesas com pessoal e custeio venham de receitas próprias.

Durante a Presidência de Michiel **Temer** (2016-2018), o governo chegou a enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional prevendo a possibilidade de uma estatal fechar contratos de gestão com seus ministérios, porém havia uma série de vedações para evitar aumento de despesa. O texto não chegou a tramitar.

Para uma fonte, as regras do contrato de gestão deveriam estar no projeto de lei. "Se eu deixar para o contrato de gestão, fragiliza demais", frisou.

Sobre as críticas de que a medida reduziria a transparência já que, com os contratos de gestão, as estatais estariam desobrigadas do registro de todas as operações no Siafi, Elisa diz que as receitas e despesas estarão no Programa de Dispêndios Globais (PDG). Além disso, o acompanhamento do orçamento de investimento da estatal seguirá sendo feito mensalmente através do Siop e publicado bimestralmente por meio de portaria.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1§ion=1)**

INSS: bancos digitais fora do leilão da folha de pagamento

O leilão da folha de pagamento de aposentadorias, pensões e demais benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que vai acontecer na próxima terça-feira, não vai aceitar bancos

digitais. A oferta, com a qual o governo deve arrecadar R\$ 6 bilhões anuais, vai exigir que a instituição financeira tenha, no mínimo, um caixa eletrônico ou físico para o pagamento desses benefícios.

Quem ganhar a concorrência vai pagar os benefí-

cios do **INSS** pelos próximos cinco anos, a partir de 2025. E também poderá atuar de forma exclusiva, por três meses, no crédito consignado para aposentados e pensionistas que passarem a receber o auxílio do **INSS** a partir de janeiro do ano que vem.

O leilão prevê que a folha seja dividida em lotes, de acordo com os estados do país, que poderão ser arrematados pelas instituições financeiras. O processo de licitação vai definir uma ordem de preferência entre as instituições financeiras,

DINHEIRO EM ESPÉCIE

Quem vencer o pregão terá que manter caixas eletrônicos ou físicos para saques de valores

para benefícios que serão concedidos até 2029.

O instituto estima que serão concedidos mensalmente 437.322 benefícios nesse período, dos quais 46% serão permanentes e 54% temporários, como o auxílio-doença. Os pagamentos terão um valor médio de R\$ 1.824,67. *

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Uso de fundo não afetará pagamentos, diz secretário - SERVIDOR

Gustavo Silva

O Estado do Rio enxerga a possibilidade de fechar o ano no azul e, para reverter a previsão inicial de déficit de R\$ 8,5 bilhões, deve usar os recursos desvinculados do Fundo Único de **Previdência Social** do Estado

do Rio de Janeiro (Rioprevi-dência). Decretos publicados por Cláudio Castro (PL) no último mês dão margem para que R\$ 4,9 bilhões em repasses de royalties do petróleo que seriam destinados ao órgão passem para o Tesouro Estadual.

Em entrevista ao EXTRA, o secretário estadual de Fazenda, Leonardo Lobo, descartou a possibilidade de faltar dinheiro para o pagamento de aposentados e pensionistas vinculados ao fundo:

- Queremos garantir que a saúde financeira perdure. O funcionalismo sofreu muito na crise de 2016. Temos preocupação absoluta com a categoria e não queremos que isso aconteça de jeito algum.

Corte em supersalários geraria economia de R\$ 4,2 bilhões

O governo Lula está analisando uma série de medidas de corte de gastos, que inclui o fim dos supersalários no funcionalismo. Segundo um levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP), a massa de rendimentos acima do teto federal (hoje de R\$ 44.008,52) nas três esferas (municípios, estados e União) seria de aproximadamen-

te R\$ 3,7 bilhões por ano. Se o teto tivesse permanecido igual ao do fim de março de 2023 (R\$ 41.650,9), economia seria de R\$ 4,2 bilhões.

Considerando apenas os servidores federais, a mudança levaria o país a alcançar um cenário de estabilidade de dívida pública bruta até 2030, com uma economia de cerca de R\$ 5 bilhões.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Mais igualdade e menos regalias (Editorial)

A proposta de pôr um fim aos supersalários volta à cena política. Algumas camadas de **servidores públicos**, principalmente os do alto escalão, no âmbito dos Três Poderes, desfrutam de regalias, auxílios variados, indenizações, prerrogativas por tempo de serviço, entre muitos outros benefícios que oneram severamente o Orçamento da União. São o alvo da decisão do atual governo, o que não chega a ser uma novidade.

Gestões passadas ensaiaram fazer o mesmo. Uma delas foi a de Fernando Collor de Mello, que, durante a campanha eleitoral, garantiu que, se eleito, acabaria com os marajás. Não conseguiu.

No Congresso Nacional, tramitaram vários projetos com a mesma finalidade, mas não seguiram. A equipe econômica do atual governo se revela disposta a avançar com o objetivo de eliminar os supersalários.

Na última terça-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ao ser questionada sobre as expectativas de cortes do governo, classificou que os supersalários do funcionalismo público são "ilegais e imorais" e que, em algum momento, vão fazer parte da lista de enxugamento. "Se isso vai entrar agora, se vai entrar em um segundo momento, depende de uma conversa que estaremos tendo também com o presidente (Lula) e, depois, no diálogo com o Congresso Nacional", afirmou.

Eliminar regalias que propiciam a muitos ter rendimentos superiores ao teto salarial estabelecido pela Constituição - R\$ 44 mil pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal - reduz a pressão sobre o governo federal. Hoje, há uma séria preocupação em zerar o déficit público a fim de que o país possa ingressar em uma promissora rota de desenvolvimento. No campo social, a realidade brasileira sinaliza que ainda há muito a ser feito para que o Brasil alcance o patamar de país desenvolvido.

Apesar da redução do número de famélicos, mais de 14 milhões de brasileiros enfrentam grave situação de insegurança alimentar.

Outros 33 milhões estão privados de acesso à água potável e ao saneamento básico, elementos importantes para a saúde. A falta de moradia é realidade para mais de 6 milhões de famílias no país.

Refrear privilégios salariais para aqueles que têm estabilidade no emprego, acesso a serviços de saúde,

residência, aposentadoria integral e outros benefícios é um passo importante para conter as profundas desigualdades socioeconômicas, incompatíveis com os mandamentos da Constituição Cidadã de 1988. A estimativa é de que o país economizaria R\$ 5 bilhões com a eliminação de vantagens daqueles que têm renda mensal altíssima dentro do setor público. Em 10 anos, seriam R\$ 50 bilhões. Valores expressivos para transformar o perfil da sociedade brasileira.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6534/17-10-2024.html?all=1>

Lira espera Senado para votar 2ª parte da reforma

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), só vai pautar a conclusão do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** depois de o Senado votar a primeira proposta, conforme apurou o Estadão/Broadcast.

Lira está incomodado com o que considera demora dos senadores em apreciar o texto enviado pela Câmara em julho.

Em conversas reservadas, ele tem dito que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), se comprometeu a votar em novembro o primeiro projeto da tributária e enviá-lo de volta à Câmara, com alterações.

A promessa do senador, segundo pessoas próximas a Lira, foi feita em Nova York, durante a 79.ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro.

Os dois parlamentares viajaram para o evento com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como o Senado deve fazer mudanças no primeiro projeto, o texto terá de passar por nova análise dos deputados. Só quando esse texto voltar à Câmara, Lira deve finalizar a votação da segunda proposta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Câmara adia votação de regras para o comitê-gestor

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

A Câmara dos Deputados concluirá a aprovação do projeto que estabelece as regras de funcionamento do comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), segundo texto da regulamentação da **reforma tributária**, apenas quando o Senado aprovar a principal proposta do pacote que regulamenta o novo sistema tributário. Esse é o cenário que tem sido desenhado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), aos seus principais aliados.

Os deputados deram aval ao texto principal da regulamentação da tributária em julho, antes do recesso parlamentar do meio do ano. A proposição foi encaminhada para o Senado, mas até agora não avançou, o que tem irritado a cúpula da Câmara. O entorno do alagoano tem reclamado que os senadores não estão replicando a dedicação que deputados tiveram para garantir o avanço da matéria rapidamente.

O texto-base do projeto que elenca as regras de funcionamento do colegiado foi aprovado em agosto pelos deputados, mas sem os destaques. A análise foi interrompida como forma de protestar contra a inércia do Senado.

A decisão do governo federal de retirar a urgência constitucional do projeto principal da regulamentação também deixou Lira insatisfeito. Ele demonstrou preocupação que não fosse possível concluir a tramitação ainda em 2024.

Diante desse cenário, Lira vem compartilhando com interlocutores que só concluirá a votação da proposição sobre o comitê-gestor depois que os senadores aprovarem o texto principal da regulamentação, o que está previsto para a primeira semana de dezembro.

Apesar do calendário apertado, o presidente da Câmara tem demonstrado que, se esse cronograma for cumprido, pode conseguir fazer uma nova votação do tema na Câmara ainda neste ano e concluir a tramitação da matéria.

Em setembro, Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), selaram, durante viagem a Nova York, o compromisso de tentar concluir a aprovação

ainda em 2024. Na ocasião, não houve nenhuma promessa de que os deputados manterão as alterações feitas no Senado.

Segundo apurou o Valor, Lira e Pacheco devem replicar o que fizeram na reta final da tramitação da **reforma tributária** no ano passado, quando os principais envolvidos das duas Casas se reuniram e apararam as arestas antes da votação.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1§ion=1>

Carga tributária dependerá do mix de serviços

Katia Simões Para o Valor, de São Paulo

As discussões sobre o impacto da **reforma tributária** no mercado de telecomunicações no que diz respeito aos preços dos serviços e custos operacionais continuam acirradas. Políticas tributárias, desoneração da folha e incentivos fiscais são cruciais para a promoção da universalização dos serviços, garantem as empresas do setor. No arranjo da reforma aprovado no ano passado, cinco **tributos** - ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS - serão reunidos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA, dividido em dois níveis: federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e estadual (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS).

Segundo Guilherme Giglio, sócio da consultoria tributária da Deloitte, o novo modelo traz melhorias por conta da simplificação do cálculo e da eliminação dos custos residuais. "Dependendo do mix de serviços, haverá empresas que terão aumento da carga tributária e outras que terão queda", afirma. "A não cumulatividade estabelecida pela reforma será fundamental nessa equação. Além disso, promoverá uma visão mais clara de quanto de tributo efetivamente está sendo pago". Ele não nega, contudo, que o prazo de implementação das novas regras é curto e o período de transição, que vai de 2026 a 2032, é complexo e desafiador. "Nesse tempo, haverá coexistência dos dois modelos, com mudanças anuais de regras, o que aumenta o grau de dificuldade", afirma.

Gabriel Manica, sócio do escritório Castro Barros Advogados, por sua vez, observa que pela regra de cumulatividade, o registro de imposto sobre serviço não é suficiente para as empresas terem direito a crédito. "Além da nota fiscal, é necessário a confirmação do pagamento pelo fornecedor", afirma. "O grande desafio é diminuir o contencioso, que em telecom é massivo. Ninguém quer pagar tributo massivo, quer segurança jurídica".

Cálculo preliminar feito pela Conexis Brasil, que reúne as grandes empresas do segmento, revela que a alíquota padrão, a partir do texto básico aprovado, será de 27,9% - a atual é de 25,4%. "A estimativa é de uma carga tributária ainda mais elevada, de 28,3%, incidindo sobre esse cálculo mais quatro pontos percentuais relativos aos fundos setoriais. Para parte do setor, a alíquota ultrapassaria 30%", afirma Marcos

Ferrari, presidente da Conexis. "Em nível de carga tributária, o Brasil perde apenas para Bangladesh e Paquistão".

Nas discussões preliminares, as operadoras não convenceram os parlamentares a incluir o setor de telecomunicações na alíquota reduzida. O esforço, agora, é incluir o mercado de telecom no mesmo regime de cashback de energia e saneamento. "A população de baixa renda tem que ter um tratamento diferenciado no consumo de telecom", afirma Ferrari. "Se telecom receber o mesmo tratamento de energia e saneamento, o impacto será de 0,01 ponto percentual na alíquota padrão, ou seja, zero. Seria um alento tributário para a população com rendimento abaixo de um salário mínimo".

De acordo com a Associação Brasileira de Internet (Abranet), quando a **reforma tributária** passar a vigorar de fato, os serviços deverão sofrer um aumento entre 15% e 18%. "Quando os **tributos** são altos, as empresas acabam retirando recursos destinados a investimentos", afirma Eduardo Parajo, diretor da Abranet. "Temos um nível de competição muito acirrado, o que força o preço para baixo. O Brasil tem um dos serviços mais baratos do mundo", complementa.

Outro ponto que tem provocado discussão é o destino dos fundos setoriais, que envolvem Fust (de universalização dos serviços), Fistel (fiscalização), Condecine (para a indústria cinematográfica), entre outros. "Nós não temos problema algum em pagar contribuição setorial, mas desde que esses valores sejam usados para o que foram propostos", afirma Lielli Gouveia Vieira, diretora Jurídica da Claro. "Boa parte [do dinheiro arrecadado] fica parado, em vez de ser destinado a políticas públicas de difusão das telecomunicações". Segundo a Conexis, apenas 10% dos recursos dos fundos são convertidos em políticas públicas ou usados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para medidas de fiscalização. Os 90% restantes servem para gerar caixa e superávit.

Para Rodrigo Wang, gerente geral de controladoria da Furukawa Eletric, uma das maiores fornecedoras de infraestrutura para o setor de telecom no país, a **reforma tributária** promoverá simplificação em termos de processo para o seguimento de infraestrutura. Ele

avalia que a mudança trará mais simplificação e segurança jurídica na composição dos **impostos** que incidem na cadeia. "Isso é muito positivo, uma vez que hoje enfrentamos um verdadeiro manicômio tributário", diz.

O único senão do setor de infraestrutura diz respeito aos benefícios federais e estaduais que garantem competitividade da indústria nacional frente a empresas estrangeiras. "Até 2029 a Lei de Informática garantirá, depois dessa data, não sabemos", diz Wang.

"Haverá empresas que terão aumento da carga tributária; outras terão queda" Guilherme Giglio

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?>

Alta de juros: queremos pagar essa conta? (Artigo)

» **JOÃO FUKUNAGA** *Presidente da Previ*

O Brasil tem uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Um preço alto demais para o desenvolvimento do país e sem benefício para a população ou para a economia, já que a medida tem se mostrado ineficaz para diminuir a inflação.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumentou, em sua última reunião, a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, elevando a taxa básica de juros da economia para 10,75%. É a segunda maior do mundo, perdendo apenas para a Rússia. Mas queremos mesmo pagar essa conta?

Na ata que justifica o aumento da taxa, o Copom enfatiza que a medida e a magnitude total do ciclo têm o objetivo de conter a inflação. Mas será que a medida funciona ou só prejudica o crescimento econômico do país? Para alguns especialistas, a teoria de que a taxa de juros precisa ser alta para combater a inflação está ultrapassada.

Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia em 2001, declarou em uma entrevista que a "política de aumentar as taxas de juros reflete um diagnóstico errado da fonte da inflação, a resposta errada que vai ter um efeito significativamente adverso para a economia".

O professor Paulo Feldmann, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), escreveu, em 2023, um artigo sobre como é errada a ideia de que aumentar a taxa de juros freia a inflação: "Após a crise financeira de 2008, ficou claro que essa teoria não funcionava, e a grande maioria dos países a abandonou. Hoje no mundo há diversos países que enfrentam altíssimas taxas de inflação, no entanto são raros os que usam uma taxa de juros equivalente à do Brasil".

O princípio utilizado pelo Copom, que define a Selic, é relativamente simples. Se a taxa está alta, os empréstimos diminuem, o consumo é freado e a inflação também.

Mas não é o que estamos vivendo. Mesmo com uma das maiores taxas de juros real do mundo, a inflação no Brasil continua alta.

Isso até poderia ser visto como positivo para um fundo de pensão como a Previ. Se, no passado, títulos como NTN-B pagavam cerca de 3%, agora rendem taxas parecidas com o atuarial, chegando a 6% além da inflação.

Ou seja, a remuneração dos títulos é igual, e até supera, o retorno mínimo necessário para o cumprimento das obrigações previdenciárias.

O cenário de alta na taxa de juros permite aos fundos de pensões intensificar o trabalho de imunização de seu passivo para proporcionar mais segurança para os investimentos, principalmente em planos de benefícios maduros com a maior parte dos associados recebendo aposentadoria ou pensão.

Mas para seguir esse caminho, há um preço alto a ser pago. Os fundos de pensões investem prioritariamente no mercado brasileiro. De todos os ativos, um pequeno percentual está no exterior. Ainda mais importante: o propósito da Previ também está aqui, no Brasil. A razão da nossa existência é pagar benefícios para 200 mil associados - no ano passado, foram pagos mais de R\$ 16 bilhões em benefícios. Queremos cuidar do futuro dessas pessoas. Como fazer esse trabalho investindo em dívidas do governo, em vez de escolher pelo desenvolvimento do país?

As consequências do aumento da taxa são pesadas para o Brasil. Quando a Selic sobe, os juros pagos pelo governo sobre sua própria dívida também aumentam. Com juros mais altos, o custo de rolar a dívida fica mais caro, pressionando o orçamento público. O desembolso do Estado para o pagamento dos juros é de R\$ 28 bilhões por ano.

Esse dispêndio aumenta o déficit fiscal. Investimentos que poderiam ser feitos em áreas como saúde, educação e infraestrutura acabam sendo destinados ao pagamento de juros. Com mais recursos sendo direcionados para o pagamento de juros, há menos espaço para aumentar gastos ou reduzir impostos, o que pode ser necessário em momentos de desaceleração econômica.

A taxa de juros alta tira o apelo de desempenho de qualquer tipo de investimento com um certo grau de risco. Uma empresa que queira investir nela mesma, prefere comprar títulos que pagam taxas maiores.

Empreendedores desistem de começar. O mesmo acontece com as ações na bolsa, que deixam de ser compradas pelos investidores, o que pode fazê-las diminuir de preço e afetar o valor das principais empresas do país.

Além disso, com o aumento da taxa os empréstimos ficam inviáveis para qualquer empresa aumentar a sua produção. Em grandes conglomerados, o financiamento que antes era buscado no próprio Brasil passa a ser procurado no exterior. Ou seja: com o aumento da taxa Selic o desemprego tende a aumentar.

Uma conjuntura de diminuição da taxa de juros beneficia não apenas a Previ, mas a sociedade como um todo. Temos ativos em diversos segmentos e sabemos da nossa capacidade de rentabilizar esses investimentos tanto em tempos de bonança quanto de tempestade. Mas preferimos a bonança. Afinal, sabemos que se a economia cresce, quem investe no país cresce junto. E é isso o que a gente quer.

» JOÃO FUKUNAGA Presidente da Previ

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6534/17-10-2024.html?all=1>

Planos para baratear empréstimo no Brasil

» VICTOR CORREIA

O governo federal e os maiores bancos privados anunciaram ontem um esforço conjunto para reduzir o custo do crédito no país. A discussão também vai envolver o setor produtivo e outros órgãos, como o Banco Central, dentro de um grupo de trabalho no âmbito do "Conselhão". Antes do anúncio, banqueiros levaram a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião no Palácio do Planalto, solicitada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A alta taxa de juros para a obtenção de crédito, seja por empresas, seja por pessoas físicas, preocupa o setor produtivo. Um custo maior dificulta a tomada de empréstimos para financiar novos empreendimentos, por exemplo, e prejudica o crescimento da economia. Não se trata apenas da taxa básica, a Selic, mas sim do conjunto de fatores que influencia o mercado de crédito, como os **impostos** incidentes sobre o sistema financeiro - e que os bancos querem diminuir, em diálogo com o governo.

Segundo o Indicador de Custo de Crédito (ICC) do Banco Central, em agosto, as empresas e famílias que tomaram crédito no sistema financeiro pagaram, em média, juros de 21,78% ao ano. A preocupação com o custo ganhou força após a autoridade monetária aumentar a Selic de 10,5% para 10,75% na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em meados de setembro.

Representaram os bancos o presidente da Febraban, Isaac Sidney, o presidente do conselho diretor da entidade, Luiz Carlos Trabuco, os CEOs do Itaú, Milton Maluhy, do Bradesco, Marcelo Noronha, e do Santander, Mário Leão, assim como o presidente do Conselho de Administração do BTG, André Esteves.

Os ministros Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Fernando Haddad (Fazenda), que participaram da reunião ontem, afirmaram que vão convidar outros órgãos e empresários para o grupo de trabalho, que deve ser lançado na semana que vem. O prazo final para apresentar os resultados é fevereiro do ano que vem, mas a expectativa é que os primeiros anúncios ocorram já em dezembro, na próxima reunião do Conselhão - chefiado por Padilha e que conta com a participação da Febraban.

Mercado aquecido Para Haddad, apesar do alto custo de financiamento, o mercado de crédito está em

crescimento.

"O mercado de crédito está subindo mais de 10% neste ano. Está em dois dígitos por não sei quantos meses consecutivos. O marco de garantias foi aprovado, o financiamento de veículos está subindo 18%, segundo os bancos informaram ao presidente", afirmou Haddad. O ministro citou ainda a emissão de R\$ 84 bilhões em debêntures incentivadas, e disse ver cenário positivo para a redução do spread bancário no futuro - indicador que impacta nas taxas cobradas pelas instituições financeiras.

"A Febraban apontou vários caminhos, desde o equilíbrio da Previdência, os efeitos de ter ou não perícia sobre a concessão de benefícios, e fez um pequeno balanço da reforma trabalhista e do diálogo permanente que eles têm mantido com os sindicatos", disse ainda Haddad sobre a reunião.

Padilha, por sua vez, comparou o novo grupo de trabalho com o que levou à criação do Programa Acredita, que fornece crédito e renegociação de dívidas para microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas, e foi sancionado por Lula na semana passada.

Juros Os ministros não adiantaram quais medidas podem ser tomadas para reduzir o custo do crédito no país. Reduzir a taxa Selic é a opção mais óbvia, mas que não depende do governo, apenas do Banco Central - cuja gestão atual, liderada por Roberto Campos Neto, mantém a independência e decisões técnicas.

O próximo presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicado por Lula e já aprovado pelo Senado, também sinaliza manter a independência, apesar da proximidade com o governo petista.

Porém, Galípolo destacou, durante sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que a redução do custo de crédito é uma de suas prioridades. Os bancos, por sua vez, pedem a redução da chamada "cunha fiscal", os **impostos** que incidem sobre a concessão de créditos.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, defendeu que há uma ideia falsa de que os bancos querem manter as taxas de juros em alto patamar. Afinal, as instituições aumentam sua margem de lucro ao cobrarem taxas maiores. Ele disse ter esclarecido a posição da entidade a Lula.

"Quero também deixar uma mensagem que dissemos ao presidente Lula: aos bancos não interessa termos taxas de juros elevadas.

Quanto mais altos forem os juros bancários, maior o risco de crédito, maior a inadimplência", explicou. "Existe uma narrativa que recai sobre nós, de que defendemos juros altos. Isso não procede. O que nós queremos é que a economia possa ser previsível, estável, com **inflação** baixa, controlada", acrescentou ainda. Sidney disse ainda esperar que o Banco Central retome assim que possível o ciclo de corte de juros, mas disse entender as razões técnicas que embasaram o aumento.

"Existe uma narrativa que recai sobre nós, de que defendemos juros altos. Isso não procede.

O que nós queremos é que a economia possa ser previsível, estável, com **inflação** baixa, controlada" Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6534/17-10-2024.html?all=1>

Governo promete cumprir arcabouço

VICTOR CORREIA FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu, ontem, aos maiores bancos privados do país que "não haverá espaço para erro" na política econômica.

O relato foi feito pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, que participou de encontro entre Lula e banqueiros no Palácio do Planalto.

"Percebemos um firme compromisso do governo em avançar na busca efetiva do equilíbrio fiscal, para que as despesas possam não só caber dentro do orçamento mas para que possam se equilibrar", disse Sidney a jornalistas após a reunião. Ele também fez elogios à condução da política econômica. "Nós dissemos ao presidente que é fundamental dissipar os ruídos, as incertezas.

O Brasil atravessa um momento de conjuntura econômica bastante positiva, bastante favorável", acrescentou.

Há, porém, preocupação na ala econômica do governo com os gastos públicos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já afirmaram que não é mais possível equilibrar as contas apenas aumentando a receita.

Para Haddad, é preciso ajustar a despesa para que as contas públicas respeitem o arcabouço fiscal.

"O que a gente está querendo é garantir que o arcabouço tenha vida longa", disse o ministro, ao lado de Sidney.

Questão sensível Especialistas apontam que ainda precisa ficar claro onde serão feitos os cortes. César Bergo, economista e professor de Mercado Financeiro da Universidade de Brasília (UnB), comenta que não está no radar do governo, a Previdência, ponto mais preocupante do orçamento. "A possibilidade de rever as aposentadorias e pensões, especialmente a indexação dessas ao salário mínimo, surge como uma questão sensível.

Isso porque o salário mínimo tem tido reajustes acima da inflação, o que pressiona os orçamentos futuros", afirmou Bergo.

Bergo observou que ao olhar para o orçamento de

2024, parece haver pouco espaço para mudanças drásticas. O economista lembrou que, com o processo eleitoral este ano, há um claro interesse em adiar a apresentação de medidas impopulares para depois do pleito, evitando impactos negativos junto ao eleitorado.

"A grande pergunta que fica é: até que ponto o governo estará disposto a fazer cortes em áreas sensíveis sem comprometer sua popularidade e compromissos de campanha?", questiona.

O professor de macroeconomia no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU), Benito Salomão afirma que as medidas parecem adequadas, mas ainda não é possível dimensioná-las. "A dúvida que nos resta é se isso realmente tem impacto para gerar uma economia entre R\$ 30 e R\$ 50 bilhões, como está sendo proposto."

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6534/17-10-2024.html?all=1>

Governo começa a reconhecer que é preciso cortar gastos - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Quase dois anos depois do início do mandato do presidente Lula, o governo parece, enfim, ter se dado conta de que é preciso zelar pelas contas públicas. Nos últimos dias, tanto o ministro da Economia, Fernando Haddad, quanto a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, reafirmaram a importância de manter algum nível de equilíbrio fiscal, sob o risco de o país não sair do lugar, ou ficar condenado a crescimentos pífios. Ou pior ainda: flertar com o **PIB** negativo. Uma projeção feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado estima que, se não houver algum freio nas despesas, a dívida bruta brasileira alcançará 100% do **PIB** até 2028, um nível insustentável. No velho receituário petista, gasto é investimento - o presidente Lula em especial parece ser fã dessa lógica. Contudo, exemplos passados, inclusive no governo de Dilma Rousseff, mostram que tal modelo inevitavelmente levará ao abismo.

Especialista em infraestrutura vê riscos no enfraquecimento das agências reguladoras

O apagão em São Paulo reacendeu no governo o desejo de alterar a legislação das agências reguladoras. Na avaliação do especialista em infraestrutura, o advogado Fernando Vernalha, mudanças desse tipo tendem a enfraquecer as instituições, com um impacto negativo na agenda de investimentos em infraestrutura. "A ampliação da influência política sobre a regulação, como pretende o governo, poderá comprometer o seu caráter técnico e sua estabilidade a longo prazo", diz Vernalha.

Abrir o capital não é bom negócio no Brasil

Nos últimos anos, abrir o capital no Brasil não tem sido um bom negócio. Um levantamento realizado pela assessoria financeira Seneca Evercore avaliou o desempenho das ofertas públicas de ações no país na última década. Desde 2014, houve 93 aberturas de capital no mercado brasileiro. Desse total, 84 companhias permanecem na bolsa, mas apenas 15 delas, o equivalente a modestos 18%, tiveram um desempenho positivo em relação ao seu preço fixado no IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês).

ENEL NÃO PAGA MULTAS, E PAULISTAS CONTINUAM SEM LUZ

As autoridades regulatórias de energia no Brasil estão sendo feitas de bobas pela Enel, a operadora que atua em São Paulo. Desde 2018, quando assumiu as operações de distribuição de luz na capital paulista, região metropolitana e parte do interior, a concessionária pagou apenas 18% dos R\$ 320 milhões em penalidades recebidas. Ou seja, as autoridades fingem que multam e a Enel finge que paga. Enquanto isso, milhares de paulistas continuam sofrendo com a ineficácia da empresa.

*

"A inadimplência está em queda, apesar dos juros altos. A economia está respondendo às políticas do ministro Haddad"

Luiz Carlos Trabuco, Presidente do Conselho de Administração do Bradesco

*

RAPIDINHAS

A EDP, empresa que atua em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro, deu um salto no número de clientes varejistas, porta de entrada para o mercado livre, alcançando a marca de 661 unidades consumidoras. A EDP foi uma das pioneiras do setor, em 2018, ao criar uma das primeiras comercializadoras varejistas no Brasil.

Cinco dias depois da tempestade que caiu na Grande São Paulo na última sexta-feira, clientes da operadora Claro continuavam até a tarde de ontem com o sinal de telefone e internet irregular. Nos últimos anos, a corriqueira falta de energia na região mais rica do país penalizou também clientes das empresas de telecomunicações.

A brasileira Embraer vai investir US\$70 milhões (R\$ 400 milhões) para expandir sua rede de manutenção, reparo e revisão nos Estados Unidos. O novo centro de serviços ficará sediada no Aeroporto Perot Field Alliance, em Fort Worth, com início das operações programado para o primeiro trimestre de 2025.

A americana Amazon, uma das maiores empresas de comércio eletrônico do mundo, aposta suas fichas na

diversificação dos negócios. Ela é uma das maiores investidoras da X-Energy, companhia especializada em reatores nucleares. Recentemente, o Google anunciou acordo similar com a startup de energia nuclear Kairos Power.

*

R\$ 1 trilhão é o valor que as famílias brasileiras deverão gastar com alimentação e bebidas dentro e fora do lar até o final de 2024. Segundo o levantamento da IPC Maps, o número representa um crescimento de 9% em relação ao ano passado

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

União para baixar os juros

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a criação de um grupo de trabalho com representantes de diversos bancos no Brasil para discutir formas de baixar a taxa básica de juros.

A iniciativa foi autorizada pelo chefe do governo durante reunião com a direção da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e representantes dos principais bancos do país, com relevante número de clientes em todos os estados.

O grupo de trabalho deverá ser formado ainda neste mês e será estruturado no âmbito do chamado Conselhão, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável -que reúne integrantes do governo e da sociedade civil. O ministro Alexandre Padilha, de Relações Institucionais, disse esperar que até o fim do ano se possa ter "anúncios de produtos intermediários" em relação ao assunto.

A iniciativa foi anunciada após a reunião, que durou cerca de duas horas no Palácio do Planalto. Além do presidente da Febraban, Isaac Sidney, também participaram o presidente do conselho diretor da mesma entidade e do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco; o CEO do Itaú, Milton Maluhy; o CEO do Bradesco, Marcelo Noronha; o CEO do Santander Brasil, Mario Leão; e o presidente do Conselho de Administração do BTG, André Esteves.

Da parte do governo, participaram, além de Padilha, Fernando Haddad, responsável pelo Ministério da Fazenda. Os ministros e Sidney conversaram com jornalistas sobre o encontro.

Sidney afirmou que a proposta de criar um grupo de trabalho para discutir os juros no Brasil partiu da própria Febraban, que já tinha levado a proposição para os ministros Padilha e Haddad, que aceitaram a sugestão.

"E hoje reiteramos com o presidente Lula, que autorizou que nós formalizássemos, no âmbito do Conselhão, uma frente, um fórum, para debater as causas elevadas dos juros bancários", afirmou o presidente da Febraban.

O dirigente também se defendeu das críticas de que os bancos lucram com a alta taxa de juros. Rebateu afirmando que essa situação resulta em inadimplência.

"Eu quero também deixar uma mensagem que dissemos ao presidente Lula que aos bancos não

interessam termos taxas de juros elevadas.

Quanto mais altos forem os juros bancários, maior o risco de crédito, maior a inadimplência. O que nós queremos é um ambiente de crédito sadio, que possa permitir condições mais favorecidas de concessão de crédito para as famílias, para as empresas", afirmou.

Sidney depois acrescentou que o setor bancário deseja que o Banco Central possa reiniciar, "assim que possível", um ciclo de queda da taxa de juros.

"O Banco Central tem as razões técnicas pelas quais voltou a subir a taxa Selic. Portanto, o nosso desejo enquanto setor bancário é que a gente possa ter juros da economia mais baixos, juros bancários dos créditos mais baixos", acrescentou o presidente da Febraban.

O ministro Alexandre Padilha, cuja pasta é responsável pelo Conselhão, afirmou que o objetivo é instalar o grupo de trabalho ainda neste mês. E ter anúncios de posições intermediárias até o mês de dezembro.

"Nossa previsão é que a gente possa instalar já na semana que vem. Tem um calendário de atividade até pelo menos o mês de fevereiro [de 2025], mas já com anúncios para tentar ter produtos intermediários.

Nós temos em dezembro o pleno do Conselhão, então trabalhar para já em dezembro o Pleno do Conselhão ter anúncios em relação a isso", afirmou o responsável pela articulação política do governo.

Equilíbrio fiscal

O presidente da Febraban disse ainda que o presidente Lula e os ministros Haddad e Padilha, têm "firme compromisso" com o equilíbrio fiscal. Sidney afirmou também que é preciso dissipar ruídos e que o governo passa por uma conjuntura econômica favorável. Para ele, isso deveria levar a mudanças estruturais, sem dizer de que forma.

O encontro foi solicitado pelos próprios banqueiros. Lula já havia recebido um ou outro, mas esta foi a primeira agenda com os principais dirigentes dos bancos do país.

De acordo com Sidney, são diversos fatores relevantes que precisam ser considerados ao analisar a questão fiscal brasileira. "Percebemos por parte do presidente, do ministro Haddad e do ministro Padilha,

que é um firme compromisso do governo em avançar na busca efetiva do equilíbrio fiscal, para que as despesas possam não só caber dentro do Orçamento, mas para que possam se equilibrar, para que nós possamos ter uma trajetória de equilíbrio das despesas", disse.

"Nós acreditamos que esse é o momento de aproveitar essa janela, que o Brasil está crescendo, com a **inflação** controlada, para que a gente possa, do ponto de vista estrutural, atacar alguns problemas importantes", afirmou. (Da Folhapress)

SAIBA MAIS

» No mês passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, de 10,5% para 10,75% ao ano, na primeira alta feita durante o terceiro mandato do presidente Lula.

» A decisão foi unânime entre os membros do colegiado, com Gabriel Galípolo, que vai assumir a presidência do BC, alinhado ao atual chefe da autoridade monetária, Roberto Campos Neto.

» Galípolo foi indicado pelo presidente Lula para suceder Campos Neto na presidência da instituição, após o término do mandato em dezembro. O atual diretor de política monetária do BC foi sabatinado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e teve sua indicação aprovada naquela comissão e também no plenário da Casa.

» A questão dos juros tornou-se o principal foco de críticas e ataques do presidente Lula. O presidente também atacou seguidamente Campos Neto, em particular questionando a sua independência após a proximidade com o antecessor, Jair Bolsonaro (PL).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18165>

Para convencer presidente, ideia é mostrar ganhos fiscal e político

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA | CAIO SPECHOTO,
CÉLIA FROUFE e CÍCERO COTRIM/ BRASÍLIA**

A equipe econômica acertou os ponteiros sobre as propostas que pretende levar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após o segundo turno das eleições municipais, para desacelerar o crescimento dos gastos públicos.

Agora, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, elaboram os argumentos para convencer o presidente a embarcar na agenda de resgate da credibilidade do arcabouço fiscal.

A palavra final de Lula é considerada incerta até por seus auxiliares. Por isso, a lista de medidas de contenção tem mais de uma dezena de itens, entre iniciativas para segurar gastos na Educação, na Saúde, na Previdência e em benefícios para militares. Será um pacote "robusto" nas palavras de um assessor do presidente, com o objetivo de dar margem para ele escolher o que aceita levar adiante.

Integrantes da equipe econômica afirmam que as ações não miram o cumprimento da meta em 2025, e que o alvo é 2026, quando analistas que acompanham as contas públicas afirmam que não será mais possível cumprir as regras do arcabouço fiscal. O ceticismo que domina os mercados faz com que o governo tenha que arcar com juros mais altos para financiar a dívida pública e provoca insegurança que se traduz em um dólar mais caro.

Diante disso, o primeiro argumento é de que nem todas as medidas precisam ser aprovadas agora, e que é possível dar um passo de cada vez na direção de uma agenda estrutural de revisão das políticas públicas. Afinal, não se pode cobrar de Lula o que nenhum presidente conseguiu fazer em termos de reformas em benefícios sociais - um mantra repetido em Brasília diz que um benefício, quando se dá, ninguém consegue tirá-lo.

Há uma lista extensa de iniciativas, mas se forem aprovadas duas de mais relevo é possível alcançar uma faixa de economia de gastos de R\$ 40 bilhões, o que tornaria viável o arcabouço. Se não forem todas aprovadas em 2024, podem ser levadas para o início de 2025, até maio, desde que estejam prontas para

entrar em operação em 2026.

Os auxiliares de Lula afirmam ainda que há uma janela temporal favorável para convencer o presidente da necessidade de conter gastos. Isso porque foi concluída a revisão de despesas no Bolsa Família e na Previdência, com esperados ganhos de R\$ 25 bilhões em 2025, indicando que a gordura já foi queimada e que é preciso avançar para o segundo degrau, cuja única pauta é a revisão de gastos.

ESPAÇO NO ORÇAMENTO. Se o governo embarcar na agenda, é possível abrir espaço, por exemplo, para elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, como prometeu o presidente Lula em 2022. A equipe econômica debate como financiar a ampliação do benefício, que pode custar entre R\$ 35 bilhões e R\$ 100 bilhões a depender do desenho da medida. Um espaço extra, por meio da revisão de gastos, pode ajudar a entregar a promessa.

Há sinais também que vêm das eleições municipais e que estão no radar político do presidente, que tenta reter apoiadores após uma disputa com resultados positivos para partidos do centro e da direita moderada.

A economia dando sinais de melhora, com uma baixa na cotação do dólar, dos juros e um controle da **inflação**, pode ajudar a atrair os eleitores de camadas da classe média. Isso pode fazer com que Lula consiga reter inclusive os partidos que hoje flertam com o apoio a um eventual sucessor do bolsonarismo, como os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Ronaldo Caiado (União-GO) e Ratinho Júnior (PSD-PR).

Nessa balança de ganhos e perdas, não se espera que o mercado tenha uma reação positiva imediata ao pacote fiscal, uma vez que a desconfiança é grande. Mas a conversa de Lula com banqueiros ontem já é um sinal citado como um indício de que o presidente enxerga relevância no trabalho da equipe econômica.

Governo quer criar grupo para tentar cortar custo de crédito

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que o governo deve instalar um grupo de trabalho (GT) sobre redução de custo de

crédito na semana que vem. A discussão será dentro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, o Conselhão.

Padilha falou ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O presidente Lula queria que pudéssemos anunciar hoje (ontem) esse grupo de trabalho sobre redução do custo do crédito no Brasil", declarou o ministro, acrescentando que a previsão da criação do grupo ficou para a semana que vem.

Padilha disse que o grupo deve funcionar de forma similar ao que discutiu o programa de crédito que ficou conhecido como Acredita.

A ideia é que o GT tenha atividades até fevereiro, mas vá produzindo resultados parciais antes disso.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Bancos pedem a Lula e Haddad que governo insista no ajuste fiscal

I MATHEUS PIOVESANA, CAIO SPECHOTO, ISADORA DUARTE, CÍCERO COTRIM E CÉLIA FROUFE

Com a necessidade de cortar gastos para cumprir as regras do arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, antes de se encontrar com representantes de bancos em Brasília, que o ajuste fiscal é "prioridade" do governo neste ano. Das instituições financeiras, Haddad e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviram durante a reunião o pedido para que o governo insista na agenda para reduzir despesas.

Após o encontro, representantes dos maiores bancos privados do País disseram ter saído convencidos de que Lula estará alinhado com Haddad na condução do ajuste fiscal. Durante a reunião, o ministro disse ao presidente que o equilíbrio fiscal é o que vai assegurar um crescimento sustentável e equilibrado da economia brasileira.

Os dirigentes de bancos afirmaram que a sensação é de que Lula confia no ministro e que deve arbitrar a favor dele em decisões de governo, ainda que em público se manifeste contra os cortes de gastos.

Ontem, de novo, Lula se queixou da cobrança ao governo por contenção de despesas.

Pouco antes do encontro com os representantes das instituições financeiras, durante a cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Lula afirmou que "toda vez que a gente está cuidando de fazer política social é tratado como gasto".

"Isso não é à toa. Essa foi uma doutrina de palavras criadas para induzir a gente a determinados erros", disse o presidente.

A reunião de ontem foi a primeira entre o presidente Lula e os representantes dos grandes bancos privados do País neste seu terceiro mandato.

Estiveram presentes os presidentes de Itaú Unibanco, Bradesco, Santander Brasil, BTG Pactual e Safra, além do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney.

"VIDA LONGA". Depois da reunião, Haddad disse que

o arcabouço fiscal terá "vida longa".

"As pessoas ficam cobrando anúncios. Nós faremos isso quando o governo estiver todo alinhado em relação aos propósitos.

É até injusto pedir para a Simone (Tebet, ministra do Planejamento) anunciar uma coisa que ainda tem de (ser finalizada).

Agora, o que está traçado daqui para o final do ano é que essa agenda seja prioritária", ressaltou o ministro.

Na saída do encontro, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, afirmou que tanto Lula quanto Haddad reforçaram o compromisso de manter o arcabouço fiscal, "para que as despesas possam não só caber no Orçamento, mas também possam se equilibrar". O executivo relatou ainda que os bancos teriam pedido para que o governo aproveitasse a janela atual, de bom crescimento e **inflação** controlada, para atacar pontos estruturais da economia, inclusive insistindo no ajuste fiscal. Lula teria reiterado o compromisso de que o governo vai "acertar" nesses temas.

"O presidente (Lula) estava muito aberto ao diálogo, nos assegurou que não há assunto que não possa tratar conosco", disse Sidney, em entrevista no Palácio do Planalto. Segundo ele, o encontro foi pedido há cerca de dois meses pelas instituições financeiras para debater a conjuntura econômica do País.

JUROS ALTOS. Sidney reconheceu ainda que os spreads (a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que paga ao captar dinheiro) brasileiros são altos e disse que não interessa aos bancos a manutenção das taxas em nível elevado.

"Ansiamos que o Banco Central possa, assim que possível, iniciar um ciclo de queda dos juros", disse o presidente da Febraban, ressaltando que houve razões técnicas para a retomada do ciclo de aperto da Selic no País. Segundo ele, Lula não fez qualquer pedido específico sobre juros aos bancos.

As instituições financeiras mantinham canais de interlocução com o governo principalmente por meio de Haddad. A reunião foi pedida pelos bancos ao ministro logo depois que Haddad enfrentou uma crise com o Congresso por causa da medida provisória que

tratava da desoneração da folha de pagamentos, editada no final do ano passado. Naquele momento, a Febraban apoiou o ministro publicamente, o que ajudou a acalmar o mercado.

BETS. Os presidentes dos bancos também debateram com Lula e Haddad a questão das bets, contou Sidney, sem dar detalhes. Ele relatou que existe uma preocupação com o endividamento das famílias e destacou a importância da criação de um grupo de trabalho no para tratar do tema.

"As pessoas ficam cobrando anúncios. Nós faremos isso quando o governo estiver todo alinhado. Agora, o que está traçado daqui para o final do ano é que essa agenda seja prioritária" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Diferença de preço de mesmo produto pode passar de 100%

MÁRCIA DE CHIARA

O brasileiro está coberto de razão ao desconfiar das promoções da Black Friday e começar a pesquisar com antecedência os preços dos itens que deseja comprar na megaliqüidação.

Nas últimas cinco semanas, entre 3 de setembro e 8 de outubro, o preço de um mesmo produto em seis diferentes marketplaces chegou a variar mais 100%, revela uma pesquisa realizada pela Ponto Map, consultoria de inteligência em dados, mídias e comportamento do consumidor.

A intenção do estudo, segundo a CEO da consultoria, Giovanna Masullo, foi aferir o comportamento semanal dos preços dos 15 itens mais vendidos na última Black Friday e que continuam entre os mais desejados neste ano. A Black Friday está marcada para a última sexta-feira de novembro, dia 29.

Os campeões de variação de preços, segundo a pesquisa, foram o perfume La Vie Est Belle (de 50 ml) e o Apple Watch 9 GPS (de 41 mm). O preço do perfume variou entre R\$ 394 e R\$ 856 no período, uma diferença de 117%. Na vice-liderança ficou o relógio, com variação de 101%. O menor preço foi R\$ 2.740, e o maior, R\$ 5.502.

Em ambos os casos a diferença entre o maior e o menor preço do mesmo produto é tão grande que daria para comprar uma segunda unidade onde há o menor preço.

Dos 15 itens pesquisados, entre eletrônicos, eletroportáteis, bebidas, calçados e até sabão para lavar roupa, 13 registraram variações de dois dígitos entre o menor e o maior preço.

A menor amplitude foi verificada no Whey Optimum Nutrition (907 gramas), cuja diferença máxima foi de 39,8%. Os preços foram coletados semanalmente em seis marketplaces: Amazon, Magalu, Mercado Livre, Casas Bahia, Shopee e Americanas.

QUAL A VANTAGEM?. A grande variação de preços surpreendeu o economista Heron do Carmo, professor sênior da FEA/USP e consultor para as pesquisas realizadas pela consultoria.

Durante anos à frente do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, o economista esperava oscilações entre 5% e 10%, diante de uma **inflação** acumulada nos últimos 12 meses até setembro de 4,42%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, o índice oficial do País.

"Há uma variabilidade grande de preços de um mesmo produto, o que justifica a impressão que o consumidor tem da Black Friday, ou seja, não fica claro se há vantagem (em comprar na megapromoção)", afirma o economista.

A grande variação de preços ocorreu também para produtos dentro do mesmo marketplace.

No Magalu, por exemplo, a cotação do iPhone 15 Plus, 128 GB, chegou a variar 61% no período da pesquisa. Da mesma forma, o preço do Azeite Gallo (500 ml) teve diferença de 52% na Amazon. Poucos produtos das lojas pesquisadas tiveram os preços mantidos durante todo o período de coleta.

O sobe e desce de preços a cada semana mostra, na análise do economista, que mesmo com a estabilização da **inflação** a dispersão de preços ainda é grande.

Para Heron, a diferença de preço hoje de um mesmo produto entre marketplaces distintos não deveria ser tão elevada, porque, com o uso da tecnologia, ficou mais fácil pesquisar preço.

"No passado, as lojas contavam com a impossibilidade de o consumidor sair da Lapa (zona oeste) e ir para Penha (zona leste) para comprar em busca do melhor preço. Mas, hoje, a pesquisa de preços é feita em casa, sem sair da cadeira." Entre os fatores que explicam a grande oscilação, segundo o economista, estão as diferentes negociações com fornecedores e o giro dos estoques.

Giovanna Masullo, da Ponto Map, observa que essas diferenças tornam o consumidor menos fiel à loja.

CAUTELA. "Por conta da experiência dos últimos anos, o brasileiro está se preparando para a Black Friday deste ano com cautela e equilibrando as expectativas com pesquisas minuciosas", diz Giovanna.

Esse comportamento ficou claro em uma pesquisa de opinião concluída recentemente pela Ponto Map em parceria com a V-Tracker. Foram consultados mais de mil brasileiros de 402 municípios espalhados por todas as unidades da Federação.

A enquete revelou que quase a metade (48%) dos entrevistados tem expectativas positivas em relação à Black Friday. No entanto, 57% acreditam que o evento já foi melhor e que é preciso pesquisar bastante para encontrar boas promoções. A confiança de que os preços realmente sejam reduzidos durante o evento é menor entre os mais velhos.

Nesse cenário, a pesquisa de preços ganha relevância, e 61% dos entrevistados informaram que se preparam previamente para as compras na Black Friday.

Os mais jovens e as pessoas de classes sociais com maior poder aquisitivo tendem a se planejar mais para o evento, e a antecedência aumenta à medida que o poder aquisitivo é maior.

O levantamento mostra que 80% dos brasileiros pesquisam preços para comprar na Black Friday. No entanto, a coleta acontece em momentos diferentes: 26% acompanham as ofertas o ano todo; 21% um mês antes; 18% apenas nos dias próximos ao evento; e 15% uma semana antes. "O consumidor é racional", conclui Heron.

Diferença Dos 15 itens pesquisados, 13 apresentaram variação de dois dígitos entre o menor e o maior preço

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Conselhão vai discutir "juros elevados", promete Lula a banqueiros

Renan Truffi, Fabio Murakawa e Guilherme Pimenta De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu nessa quarta-feira (16) os presidentes dos principais bancos privados do Brasil. O encontro foi marcado pelo reforço do discurso de que o governo está comprometido com o equilíbrio fiscal e a decisão de criar um grupo de trabalho para debater os juros altos no país - impactados diretamente pelas incertezas em relação às contas públicas.

A conversa ocorreu por intermediação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a pedido dos próprios dirigentes das instituições. Participaram os presidentes dos bancos Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, BTG Pactual e Safra, além do presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney.

A realização da reunião coincide com um momento no qual a equipe econômica discute levar um conjunto de medidas de contenção de gastos para a avaliação de Lula e do Congresso Nacional.

Ontem, no entanto, o presidente voltou a criticar a cobrança por cortes de despesas, ao discursarem uma cerimônia antes da agenda com os banqueiros. Ele defendeu priorizar a agenda de salários dos professores e defendeu que gastos com educação são investimento.

"Se o empresário está gastando dinheiro, isso não aparece na imprensa como gasto. Se ele pega dinheiro, nunca isso vai ser tratado como gasto, vai aparecer como investimento. Mas, no caso do governo federal, do Estado e da prefeitura, é o seguinte: você coloca mais dinheiro na saúde e isso é gasto. Se você coloca mais dinheiro na educação [é gasto]", defendeu.

Após a reunião com os bancos, Sidney, da Febraban, afirmou ter ouvido do presidente que há um compromisso do governo com as contas públicas e que "não há espaço para erros". Já os dirigentes pediram para que o governo seja "persistente" com o equilíbrio fiscal e trabalhe para "dissipar os ruídos".

"O presidente Lula tem linha direta com os presidentes dos bancos. Pedimos ao ministro Haddad esta reunião há dois meses. Lula nos disse com assertividade que

não há espaço para erros, para que economia continue crescendo com equilíbrio fiscal. Dissemos a Lula que é preciso dissipar os ruídos. [...] Fizemos apelo ao governo para que seja persistente no equilíbrio econômico, para que possamos crescer de forma sustentável", afirmou o presidente da Febraban.

A discussão sobre os juros foi destaque na conversa. Segundo Sidney, o governo e os bancos fizeram um acordo para que o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado Conselho, tenha uma Grupo de Trabalho (GT) dedicado a debater as elevadas taxas de juros do país - atualmente a Selic está em 10,75% ao ano.

"Acreditamos que é momento de aproveitar essa janela com crescimento e **inflação** controlada para atacar problemas estruturais. Lula nos autorizou a formalizar uma frente no Conselho para debater as taxas de juros elevadas", defendeu.

O dirigente negou que as principais instituições financeiras do Brasil vejam esse percentual de 10,75% com bons olhos. "Aos bancos, não interessam taxas de juros elevadas. Quanto maiores os juros, maiores os riscos de crédito. Queremos que a economia possa ser estável, controlada, com taxa de juros baixa. Nosso desejo é que se possa ter juros mais baixos, spread bancário mais baixo, para que possamos democratizar o crédito, mas as condições para o crédito precisam melhorar", complementou.

Sobre o Conselho, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), acrescentou que a ideia é que o GT comece a funcionar ainda neste mês e os trabalhos avancem até fevereiro de 2025.

"A previsão é instalar [esse GT do Conselho] ainda em outubro. Vamos trabalhar para instalar na semana que vem. A previsão de terminar [a análise do tema] é fevereiro do ano que vem", explicou o titular da SRI.

Isaac Sidney confirmou também que Lula e os presidentes dos bancos discutiram, na reunião, a regulação do mercado de apostas esportivas, as chamadas "bets". "Demonstramos ao presidente preocupação com endividamento das famílias com as "bets". Além do governo, existem implicações no mercado e na economia. Queremos nos aprofundar

nesse tema", acrescentou Isaac Sidney. O governo federal tem atuado para regulamentar o setor, com o objetivo de impedir a atuação no país de sites irregulares.

"Fizemos apelo ao governo para que seja persistente no equilíbrio econômico" Isaac Sidney

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1§ion=1)**

Juros tomam urgente revisão de gastos

Lu Aiko Otta Brasília

As taxas de juros elevadas foram para o centro da agenda após a reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com presidentes de bancos. As condições de crédito precisam melhorar, disse o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney. Quanto maiores os juros, maior o risco de crédito, acrescentou.

Segundo um economista de banco que não estava na reunião, mais preocupante do que a alta da taxa Selic é o movimento dos juros de mercado, que chegaram a 13%. Esses são, no fim das contas, as que movem os negócios. Não é difícil imaginar que o prolongamento dessa situação vai fazer subir as taxas de inadimplência e disseminar problemas no mercado de crédito.

Os juros estão em alta, disse, devido às dúvidas em torno da política fiscal. Por isso, é urgente o anúncio das medidas de ajuste das contas públicas pelo lado da despesa, que são no momento a prioridade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Há dúvidas no mercado quanto à concordância de Lula a essas medidas, que são impopulares.

Pelos estudos que vazaram, podem entrar na mira da revisão de gastos programas como o abono e o seguro-desemprego. Além das que já estão sob escrutínio: benefícios previdenciários, BPC, seguro-defeso, Bolsa Família e Proagro.

As medidas em estudo poderão ainda afetar regras de correção automática de algumas despesas. Não exatamente para cortá-los, mas para garantir" que sua dinâmica de crescimento não coloque em risco a atual regra fiscal. Como disse Haddad, fazer as partes caber no todo e dar "longa vida ao arcabouço".

Pelo que descreveu na terça-feira (15) a ministra do Planejamento, Simone Tebet, não serão tocados a política de valorização do salário mínimo e o atrelamento das aposentadorias a ele. Mas há liberdade para debater os demais temas.

Neste ano, o conjunto de propostas a ser apresentado será pequeno diante da revisão "de A a Z" trabalhada pela equipe econômica. "Nós temos que trabalhar com a política brasileira, nós temos que trabalhar com o diálogo com o Congresso Nacional", disse Tebet. "Então, a ideia é colocar o máximo possível de medidas ainda este ano, dentro daquilo que a gente

saiba que é possível votar e ou começar a discussão e terminar no primeiro semestre do ano que vem, para depois ter um segundo pacote de medidas estruturais."

As medidas que serão apresentadas após a eleição não são as ideais nem as que a equipe econômica gostaria, adiantou Tebet. "É aquela que a política permite, que o momento político permite, lembrando que nós estamos a praticamente dois meses e meio do fim do ano legislativo." No segundo pacote deverá estar, por exemplo, a avaliação das renúncias tributárias, citou. Trata-se de uma conta de R\$ 600 bilhões.

Há pressão também porque as medidas impopulares serão discutidas em um ano de desaceleração no crescimento econômico. Nas contas da Fazenda, o **PIB** aumentará 3,2% em 2024 e 2,5% em 2025.

A redução ocorrerá por causa dos juros elevados e porque, segundo integrantes da equipe econômica, o Orçamento do próximo ano será contracionista, ao contrário do que se viu até agora. Não haverá mais injeção de recursos para estimular a economia, como o pagamento antecipado de precatórios.

Há dúvidas entre agentes de mercado se Lula aceitará esse quadro.

Após a reunião com Lula, Sidney disse ter percebido um "compromisso firme" na "busca efetiva do equilíbrio fiscal". Os executivos reafirmaram a Lula a importância das medidas de ajuste estrutural. Pediram também a redução de ruídos.

Haddad começou o dia rebatendo um. Afirmou que não há manobra fiscal no projeto de lei de iniciativa do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), no sentido de permitir que estatais dependentes do Tesouro sejam parcialmente retiradas do Orçamento Geral da União.

Ele informou também que o governo retirou o pedido de apreciação em regime de urgência do projeto de lei que amplia o vale-gás porque pretende ajustar o desenho. A proposta causou ruído no mercado porque os recursos para seu financiamento transitariam fora do Orçamento. A equipe econômica trabalha para colocá-lo dentro da peça orçamentária.

A equipe econômica tem trabalhado para conter as medidas que podem ser interpretadas como "contabilidade criativa" ou dribles ao arcabouço fiscal.

Há momentos em que essa tarefa parece enxugamento de gelo. No evento anterior à reunião com os presidentes de bancos, Lula afirmou que os salários dos professores são "uma merreca" e prometeu priorizar o assunto. Isso, num momento em que a equipe econômica chama a atenção para o crescimento vertiginoso dos repasses da União ao Fundeb e sinaliza com alguma alteração. O presidente também voltou a reclamar do fato de despesas com saúde e educação serem classificadas como "gasto". Eis a medida do desafio à frente da equipe econômica.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1§ion=1)**

Último surto de inflação foi único, mas trouxe lições valiosas, diz FMI

Suzi Katsumata De São Paulo

A recente experiência inflacionária global foi resultado de uma sequência complexa de eventos, que começou com os lockdowns e reaberturas das economias em virtude da pandemia de covid-19, passando depois pela alta dos preços das commodities (petróleo e agrícolas) com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Entender a estrutura desse episódio de elevada **inflação** global oferece uma lição nova e confirma uma velha para a elaboração da política monetária pelos bancos centrais, observa o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Capítulo 2 do seu "Panorama Econômico Mundial", o Fundo destaca que o movimento de alta da **inflação** nos últimos três anos veio em decorrência de uma ruptura única na economia global. Primeiro, a pandemia de covid-19 trouxe lockdowns que, em um primeiro momento, afastaram a demanda de consumo dos serviços para bens. Isso ocorreu simultaneamente à onda de estímulos fiscais e monetários sem precedentes dos governos para retomar a demanda após a parada na economia provocada pelos lockdowns. Mas muitas empresas não conseguiram ampliar a produção rápido o suficiente, causando descompasso entre oferta e demanda e aumento de preços em alguns setores.

Quando as economias reabriram, as pressões inflacionárias mudaram de bens para serviços. Embora tenha sido fundamental para conter as consequências econômicas da pandemia, o estímulo fiscal e monetário sem precedentes dados por economias avançadas e alguns mercados emergentes aumentou a poupança das populações. Com o fim da pandemia, o uso dessas poupanças impulsionou a demanda, ampliando os desequilíbrios entre oferta e demanda e estimulando a **inflação**, uma vez que a capacidade permanecia restrita. A invasão da Ucrânia pela Rússia piorou essa dinâmica, levando a uma crise global de alimentos e energia. Em meados de 2022, a **inflação** global havia triplicado em relação ao seu nível pré-pandêmico, aponta o relatório.

"Nossa modelagem mostra como picos de **inflação** em setores específicos se tornaram incorporados no núcleo da **inflação**, uma medida menos volátil que exclui os preços de alimentos e energia. A chave para nossa análise é a interação entre a demanda

crescente e gargalos e choques específicos do setor. Isso causou grandes mudanças nos preços relativos que resultaram em uma dispersão incomum de preços", explicam os economistas Jorge Alvarez, Alberto Musso, Jean-Marc Natal e Sebastian Wencle, em artigo publicado hoje no Blog do FMI sobre o Capítulo 2.

De acordo com os economistas, quando os gargalos de oferta se espalharam e interagiram com a forte demanda, a curva de Phillips - o principal indicador da relação entre **inflação** e folga econômica - se inclinou e mudou para cima. "A curva de Phillips mais íngreme implicava que mudanças relativamente pequenas na folga econômica poderiam ter grande efeito sobre a **inflação**", escreveram eles. Isso explica porque a **inflação** disparou quando muitos setores atingiram limites de capacidade. E também que era possível conter a **inflação** a um custo menor em termos de perda da produção econômica.

Essa é a nova lição: "gargalos generalizados de oferta podem apresentar aos bancos centrais uma compensação favorável ao enfrentar um aumento na demanda", segundo o FMI. Como a curva de Phillips se torna mais íngreme nesses casos, o aperto da política pode ser particularmente eficaz para reduzir rapidamente a **inflação** com custos de produção limitados.

Porém, quando os gargalos são confinados a setores específicos com preços relativamente flexíveis, como commodities, vem a velha lição: a prática comum de focar a política monetária em medidas de núcleo da **inflação** continua apropriada. "O aperto excessivo da política nesses casos pode ser contraproducente, levando a uma contração econômica custosa e à má alocação de recursos."

Embora o episódio inflacionário recente tenha sido único, os bancos centrais ainda podem tirar lições da experiência, especialmente ao reverem suas estruturas de política monetária. Os bancos centrais, segundo o FMI, devem considerar incluir cláusulas de escape bem definidas em suas estruturas de política para lidar com pressões inflacionárias quando há uma inclinação acentuada das curvas de Phillips agregadas. Tal flexibilidade permitiria aos bancos centrais estarem mais preparados para agir no futuro, finalizam os economistas do Fundo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1§ion=1)**

FMI lembra que dívida alta reduz capacidade de reação a crises (Editorial)

Monetário Internacional (FMI) advertiu que o endividamento dos países está muito alto, atingirá US\$ 100 trilhões em 2024 - 95% do **PIB** mundial - e precisa ser reduzido logo, para que os governos não sejam surpreendidos sem defesas por novas crises, que podem ser deslançadas por problemas fiscais. O Fundo vê a necessidade de um esforço de contenção dos déficits maior do que o previsto, enquanto a estabilização dos débitos como proporção do **PIB** deva ocorrer em 2029.0 alerta serve bem ao Brasil, cujo endividamento bruto é um dos maiores entre os emergentes, atrás apenas de China, Egito e Ucrânia.

A situação fiscal global é mais desconfortável do que as estatísticas mostram. As dívidas somarão 100% do **PIB** global em 2030 em condições normais, mas em cenários muito adversos poderão subir 20 pontos percentuais mais. Esses cálculos ainda não contam toda a história, pois desconsideram tendências que tendem a predominar, como aumento de custos decorrentes da transição verde, custos gastos com defesa (no caso, em países que se envolvem ou têm interesses diretos nos conflitos geopolíticos no Oriente Médio e Europa), dos custos dos bens industriais, pela divergência política entre Estados Unidos e China (e blocos antagônicos respectivos), e do envelhecimento da população.

A espiral ascendente de gastos afetará todos os países, sem distinção, e esses é um dos maiores desafios globais. As mudanças climáticas ganharam mais intensidade quando as nações estão muito mais endividadas do que estavam quando eclodiu a crise financeira global de 2008. Mas o endividamento, que precisa ser combatido, não parece ser uma urgência para 60% dos países pesquisados pelo FMI, a maioria deles emergentes, que estão postergando o ajuste fiscal. Nos cálculos do Fundo, atrasar medidas nessa direção aumenta seu custo à razão de 0,2% do **PIB** por ano.

A importância de conter gastos e reduzir a espiral de dívidas é óbvia para os países que almejam o crescimento sustentável. Dívidas muito altas, lembram os economistas do Fundo, reduzem a capacidade de reação fiscal dos governos quando surgirem situações adversas na economia, que são relativamente imprevisíveis. Tornam ainda mais difícil ou muito mais custoso colocar em prática, diante de recessões ou tombos rápidos da economia, uma política de gastos

anticíclica. Além disso, drenam recursos dos investimentos, um dos principais propulsores de crescimento e do aumento geral da produtividade.

O novo regime fiscal no Brasil definiu aumento de gastos em todas as circunstâncias, sob o argumento de que o mecanismo é importante para se contrapor aos ciclos de baixa da economia se retrai. Com o novo regime, no entanto, as dívidas bruta e líquida estão subindo muito além do previsto, ameaçam não se estabilizar no médio prazo, como prometido, e corroem o seguro que o regime em tese daria para uma reação fiscal em momentos difíceis.

Da mesma forma, países altamente endividados estão mais vulneráveis a crises externas. O Brasil está bem protegido por uma montanha de reservas de US\$ 365 bilhões, mas não é invulnerável. O FMI registrou que fatores globais explicaram, nas últimas duas décadas, mais de metade das flutuações dos rendimentos dos títulos soberanos emitidos em dólar por países emergentes e, também, mais de 30% dos retornos em títulos emitidos nas moedas locais. Dessa forma, a gangorra das bolsas americanas, o menor crescimento da China, os efeitos da guerra do Oriente Médio sobre o petróleo têm mais peso no custo da dívida interna brasileira do que teriam caso o país estivesse com a situação fiscal em ordem e o endividamento se encaminhando para a redução.

O FMI ficou conhecido até a crise financeira de 2008 por uma intransigência maior nos ajustes econômicos dos países aos quais empresta dinheiro. Mudou de posição e se tornou mais realista. Para os países com dívidas em ascensão, como o Brasil, o Fundo recomenda um ajuste bem planejado que envolva tanto receitas e despesas e que mitigue os impactos negativos de um ajuste sobre as atividades econômicas, como o aumento da desigualdade social dele decorrente. "O ritmo desse ajuste precisa atingir um equilíbrio entre os riscos fiscais e o vigor da demanda privada", aponta o FMI em um dos capítulos do Monitor Fiscal.

O acerto fiscal precisa ser "decisivo, deliberado e bem desenhado", para o FMI. Ele não deve ser adiado sob pena de se tornar mais caro e arriscado. Entre as poucas sugestões específicas, recomenda ao Brasil que realize reformas que eliminem a forte rigidez orçamentária, que impede a realocação de despesas

para onde são mais necessárias-um diagnóstico também unânime domesticamente - e racionalize gastos e isenções tributárias, que liberariam recursos para gastos prioritários e programas sociais contra a pobreza. A iniciativa de levar o controle de despesas "a sério", como afirmou Simone Tebet, ministra do Planejamento, e apresentar um pacote de medidas para fazer com que o regime fiscal seja eficaz nessa direção é inadiável.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188015?page=1§ion=1)**

Governo decide não adotar horário de verão em 2024

ERIC NAPOLI E CAIO BARCELLOS

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu, ontem, que não irá retomar o horário de verão em 2024. O anúncio foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que disse considerar adotar a medida para 2025.

Em apresentação feita a jornalistas, Silveira afirmou que a decisão vem porque não houve tempo hábil para influenciar no período mais crítico, de 15 de outubro a 30 de novembro. Essa é a fase que coincide com o período de alto consumo de energia e de baixa nos reservatórios. A partir de dezembro, o período chuvoso é capaz de suprir os níveis hídricos e o regime especial não tem mais tanta importância.

"Na última reunião com a Operador Nacional do Sistema (ONS), chegamos à conclusão de que não há necessidade de decretação de horário de verão para este ano (...) nós temos condições de, depois do verão, avaliar a volta desta política para 2025", disse Silveira.

Antes da apresentação, Silveira esteve reunido com diretores do ONS, que apresentaram um último relatório sobre a segurança energética do Brasil. A conclusão do estudo foi que o País consegue suportar o período de estiagem. Por outro lado, a bandeira tarifária vermelha -que deixa a conta de luz mais cara- deve ficar vigente até o final do ano para suportar o acionamento das térmicas que dão segurança ao sistema.

Levantamento

O horário de verão não é adotado no Brasil desde 2019, 1º ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo levantamento do Datafolha divulgado segunda-feira, 47% dos brasileiros são contra a volta do horário de verão. A mesma parcela diz ser a favor. Outros 6% dos entrevistados afirmam ser indiferentes à retomada do mecanismo.

O horário especial foi criado em 1931, no governo de Getúlio Vargas (1882-1954). Voltou de forma perene em 1985, na gestão José Sarney, depois de ficar anos sem ser adotado.

Com a retomada do horário de verão, o governo Lula

estima economizar R\$ 400 milhões e influenciar positivamente no crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto). A possibilidade de volta do mecanismo por causa da seca foi antecipada pelo Poder360 em 11 de setembro. Em entrevista a este jornal digital, Silveira disse que o País enfrenta a pior estiagem dos últimos 94 anos e, por isso, a possibilidade foi levantada.

A conclusão dos estudos é que o País consegue suportar o período de estiagem

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_5E80E6F0FD375C71A116A1E3E8BD87308EBA455C5B333DB20538512D15B048F57D3E3E8E9B15C4EECE6EDC0AD86621CF66646CDE9077C95E9ED6BD7F7DB868739A01C5F7D679873D38E13CAAB55D20F7CA538A41E29A35DEE4A8204C5DE7C8E480ECC53FE302547C3B3A986F09D52DCF450D50870BAAE03A13D59

Governo prepara oito mudanças

Direitos garantidos aos trabalhadores, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e seguro-desemprego, podem sofrer mudanças.

No pacote de medidas de corte de gastos que está sendo preparado pelo governo federal, oito alterações estão em análise.

Uma das propostas avaliadas pelo Ministério da Fazenda e do Planejamento é reverter parte da multa de 40% do **FGTS** - paga no caso de demissões sem justa causa - para "financiar" o seguro-desemprego.

A ideia é que o governo gaste menos com o benefício para os desempregados.

Outra mudança em estudo seria reverter a multa para o trabalhador em um imposto para a empresa. Dessa forma, empresas ou setores com mais demissões pagariam uma alíquota maior de imposto.

O fim do **saque-aniversário** do **FGTS** também tem estado nos últimos meses no rol de discussões.

Uma proposta seria substituir o **saque aniversário** pela modalidade pelo crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada. Os recursos do Fundo valeriam como caução.

A advogada trabalhista e presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES), Alice Cardoso, destacou que as medidas sugeridas, como o uso parcial da multa do **FGTS** para financiar o seguro-desemprego e a conversão da multa em um imposto para empregadores que demitem frequentemente, levantam preocupações sobre a proteção dos trabalhadores e dos empresários.

"O **FGTS** foi criado para mitigar os efeitos de demissões sem justa causa e garantir uma compensação justa. A utilização desse fundo para outro fim, como o seguro-desemprego, pode enfraquecer a proteção que esse direito oferece ao trabalhador em um momento de vulnerabilidade".

Além disso, ela frisa que reverter a multa em um imposto pode ter impactos desiguais sobre setores com alta rotatividade por fatores estruturais, como o comércio ou serviços. "Isso pode penalizar empresas que seguem as regras, enquanto ainda enfrentam condições econômicas instáveis. Essas mudanças precisam ser analisadas com cautela" O presidente do

Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, Mario Avelino, avaliou a proposta do governo como "descabida".

"A multa de 40% em demissão sem justa causa é um direito constitucional. Se o governo quiser mexer nisso, tem que fazer uma PEC, que é uma Proposta de Emenda Constitucional".

Ele ressalta, ainda, que a multa é dinheiro do trabalhador. "O seguro-desemprego quem paga são empresas através da contribuição do PIS/ Pasep, que vai para o Fundo de Amparo do Trabalhador".

1 Multa para financiar seguro UMA DAS OPÇÕES avaliadas pelo governo federal é usar parte da multa de 40% paga pelo empregador para "financiar" o seguro-desemprego. Nesse sentido, o governo gastaria menos com o benefício para os desempregados.

NA AVALIAÇÃO DO GOVERNO, sobreposição de benefícios (multa rescisória e o seguro) acaba desestimulando a permanência no emprego, principalmente quando o mercado de trabalho está aquecido.

2 Seguro-desemprego menor COM A PREVISÃO de abatimento da multa que o trabalhador recebe ao ser demitido do valor do seguro-desemprego, a área econômica considera que é possível diminuir o valor total do benefício e o número de parcelas do seguro a ser pago.

QUANTO mais alta a multa, menor seria o valor do seguro-desemprego a ser pago pelo governo.

3 Imposto para empresa O GOVERNO também estuda reverter a multa para o trabalhador em um imposto para a empresa, uma vez que o intuito da política é punir o comportamento do empregador que demite muito.

DESSA FORMA, empresas ou setores com maiores índices de demissão pagariam uma alíquota maior de imposto. É uma maneira de evitar que se tenha incentivos para demitir, mas sem estimular que o trabalhador "cave" sua própria demissão.

4 Correção da **inflação** OUTRA PROPOSTA, mas que enfrenta maior resistência, é passar a reajustar o seguro-desemprego somente pela **inflação**, garantindo o chamado mínimo constitucional.

HOJE. A CORREÇÃO é pelo valor do salário-mínimo. Além de reduzir as despesas, acredita-se que a medida pode criar um efeito positivo no mercado de trabalho e na produtividade do país.

5 Mudança no saque- aniversário UMA DAS MEDIDAS em estudo é a extinção do saque-aniversário do FGTS. A perspectiva do governo era enviar um projeto de lei para acabar com o saque-aniversário até o fim do ano.

NA SEMANA PASSADA, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não há pressa, para que nada de errado seja feito, ainda que o governo esteja discutindo essa proposta há meses.

6 Garantia para empréstimo consignado O MINISTÉRIO DO TRABALHO estuda oferecer aos bancos um novo modelo de empréstimos consignado para o setor privado que incluam garantias adicionais aos bancos.

SEGUNDO TÉCNICOS a par das discussões, está em análise elevar o percentual do saldo da conta do FGTS que poderá ser repassado aos credores, hoje em 10%, no caso de demissão sem justa causa.

OUTRA GARANTIA adicional em estudo é a possibilidade de desconto automático do salário na nova empresa, na hipótese de um trabalhador demitido ser contratado por outra companhia e esteja inadimplente.

7 Ampliação de crédito imobiliário O GOVERNO ESTUDA AINDA um pia- no para usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como mecanismo para destravar a venda de carteiras de crédito imobiliário no mercado secundário, a chamada securitização, dentro de um conjunto de políticas para ampliar o financiamento à habitação.

UMA DAS IDÉIAS em discussão é encontrar formas para que a Caixa consiga atender a clientes de classe média alta que desejam financiar imóveis mais caros utilizando os recursos que têm depositados no FGTS para dar entrada.

UM DOS POSSÍVEIS caminhos é ampliar o orçamento que o FGTS destina à habitação, o que permitiria acomodar mais famílias em linhas como o pró-cotista.

8 Revisão da correção do FGTS APESAR DE não estar dentro do pacote que está sendo elaborado pelo governo federal, outra mudança possível é a revisão da correção do LIRS APLICATIVO FGTS: empréstimos FGTS.

O SOLIDARIEDADE pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que dê efeitos retroativos à decisão que determinou a correção do Fundo em valor que garanta, no mínimo, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

PARA A LEGENDA, os efeitos devem alcançar os trabalhadores que haviam ajuizado ações para questionar a correção do FGTS pela Taxa Referencial (TR) mais 3% antes da decisão da Corte.

Fonte: pesquisa A Tribuna

Gol vai aceitar saque-aniversário do FGTS no pagamento de passagem

MATHEUS PIOVESANA

A Gol Linhas Aéreas permitirá que os clientes paguem passagens aéreas com a antecipação do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**). Passageiros com saldo no Fundo poderão antecipar até dez anos de saque para a compra, e o valor disponível nas contas deve ser de, pelo menos, R\$ 300. A aquisição do bilhete tem de acontecer pelo menos quatro dias antes da viagem.

A "linha de crédito" é operada pelo Digio, banco digital do Bradesco especializado em produtos com garantia, e usa tecnologia da Finantech. Essa forma de pagamento é válida somente para compras feitas pelo site da companhia aérea.

O **saque-aniversário** do **FGTS** permite que o detentor de conta no Fundo retire parte dos recursos todos os anos, no mês do seu aniversário. É uma opção que complementa as outras modalidades de saque, como a permitida na rescisão do contrato de trabalho ou no financiamento da casa própria.

Desde a criação do saque, bancos têm oferecido linhas de crédito atreladas a ele. Na prática, elas funcionam como um consignado, mas alcançam inclusive pessoas desempregadas ou que estejam negativadas, desde que tenham recursos depositados no **FGTS**.

"A parceria com o banco Digio e a Finantech é um passo importante para democratizar o acesso às viagens aéreas, permitindo que mais pessoas planejem suas férias e momentos especiais utilizando um recurso que já possuem no seu dia a dia", diz em nota o diretor de Meios de Pagamento da Gol, Diogo Lopes.

"Nosso objetivo é permitir que as pessoas tenham mais possibilidades financeiras para seus momentos de lazer, utilizando recursos que já são delas, sem comprometer a renda mensal ou criar dívidas futuras", afirma o diretor financeiro do Digio, André Fonseca.

Em junho, a Azul já havia anunciado que aceitaria a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS** no pagamento para passagens aéreas, também em parceria com o banco Digio.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>